



PERÍMETRO IRRIGADO CURU-PARAIPABA: COLONOS, NORMATIZAÇÕES E TENSIONALIDADES¹

Irrigated perimeter Curu-Paraipaba: settlers, normatizations and tensionalities

Perimetro de riego Curu-Paraipaba: colonos, leyes y tensionalidades

Tereza Sandra Loiola Vasconcelos²
Luiz Cruz Lima³

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir as des/ordens influenciadas pelo agronegócio, tendo o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba e a monocultura do coco como uma das suas expressões. O percurso metodológico baseou-se no levantamento bibliográfico associado aos trabalhos de campo ocorridos, entre os anos de 2011 e 2013. O agronegócio do coco destacado internacionalmente pela tecnologia, em que se revelam as bases industriais, os projetos de irrigação, os recursos midiáticos, o apoio vultoso do capital financeiro e do Estado, subjugando o trabalho e o modo de vida indígena e camponês, por meio da concentração de terras.

Palavras-chave: Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba. Tensionalidades. Tensões territoriais.

ABSTRACT

This article aims to discuss the dis/orders influenced by agribusiness, and the Irrigated Perimeter Curu-Paraipaba and the monoculture of coconut as one of its expressions. The methodological approach was based on the literature associated with the field work that took place between the years 2011 and 2013. The Coco nut agribusiness internationally highlighted by technology, in which they reveal industrial bases, irrigation projects, media resources, the bulky support from financial capital and of the State subjugating indigenous and peasant way of life and labor, through land concentration

Keywords: Irrigated Perimeter Curu-Paraipaba. Tensionalities. Territorial tensions.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir la des/órdenes por la agroindustria, teniendo el Perímetro Riego Curu-Paraipaba y el monocultivo de coco como una de sus expresiones. El enfoque metodológico se basó en el levantamiento bibliográfico asociado a los trabajos de campo realizados entre los años 2011 y 2013. La agroindustria de coco visible internacionalmente por la tecnología, en el que se revelan las bases industriales, los proyectos de riego, los recursos de medios de comunicación, el apoyo abultado del capital financiero y del Estado, subyugando el trabajo e el modo de vida indígena y campesino, por medio de la concentración de tierras.

Palabras-clave: Perímetro de Riego Curu-Paraipaba. Tensionalidades. Tensiones territoriales.

¹Artigo organizado, a partir das reflexões da Tese em desenvolvimento intitulada: "Por onde andam os coqueirais?". Os territórios tensionados e as tensões territoriais no estado do Ceará, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Cruz Lima no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (PROPGEO/UECE), com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus de Pau dos Ferros (UERN/CAMEAM). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (PROPGEO/UECE). Integrante do Núcleo de Estudos de Geografia Agrária e Regional (NuGAR) e do grupo de pesquisa "Sistemas técnicos e espaço". E-mail: terezavasconcelos@hotmail.com

³ Professor Emérito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (PROPGEO/UECE) e do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Líder do grupo de pesquisa "Sistemas técnicos e espaço". E-mail: l.cruzlima@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva discutir as des/ordens influenciadas pelo agronegócio, tendo o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba e a monocultura do coco como suas expressões, com metamorfoses incutidas nos camponeses, posteriores colonos. Para tanto, o percurso metodológico baseou-se no levantamento bibliográfico associado aos trabalhos de campo ocorridos entre os anos de 2011 e 2013, em que foram realizadas entrevistas e diálogo entre teoria e empiria.

O perímetro irrigado localizado em Paraipaba, no estado do Ceará, agrega-se a outros perímetros irrigados e agroindústrias de coco, no ensejo à expansão do agronegócio do coco. Essas discussões nos permitem compreender que as tensionalidades estão relacionadas aos embates provocados pela entrada do “estranho” (MARTINS, 1993), apresentando um “convívio” – não harmonioso – que resplandece a (des)(re)territorialização, conduzidas e materializadas, dentre outros, pela histórica expropriação e exploração, subjugadas pela insegurança, pelo medo e pela violência, nessa porção do Ceará.

REESTRUTURAR PARA REPRODUZIR, REPRODUZIR PARA TENSIONALIZAR

Aos vales fluviais do Ceará convergem-se, historicamente, intencionalidades. O Vale do Jaguaribe fora espaço de lutas sanguíneas na tomada dos territórios Janduí. Nesse contexto, a “Guerra dos Bárbaros” estampa o uso do território pelos indígenas e a busca pelo domínio do poder colonial. No Vale do Acaraú, a “limpeza” dos territórios indígenas e camponeses foi conduzida com as tropas de gado para criatórios e opulência do latifúndio.

Desse modo, os vales influenciados pelos três maiores rios no Ceará– Jaguaribe, Acaraú e Curu – apresentavam abundância de água, o que estimulava a apropriação de imensas áreas em poder dos fazendeiros criadores de gado. Assim, os trabalhadores afincos nas “terras de trabalho” foram subjugados e tiveram suas glebas transformadas em “terras de negócio”. Na concepção de Martins (1991, p. 55),

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não tem.

Entre as décadas de 1960 e 1970, a política de modernização da agricultura em que se baseou o planejamento e implantação dos perímetros irrigados demonstra como os fixos foram (e são) embebidos de intencionalidades. Nesse período, a ditadura ‘respinga’ seus ideários nos projetos de ordenamento territorial

promulgados pelo desenvolvimentismo sob o viés da industrialização, considerados, assim, sinônimos de desenvolvimento e progresso.

Para tanto, era preciso que todos os ramos e serviços, desse modo, se convertessem. A agricultura de base familiar, compreendida como “atrasada”, representava o empecilho ao “moderno”. As justificativas se apoiavam, especialmente, nos discursos da “ausência” de aparatos tecnológicos (maquinários, insumos etc.), da insuficiência da produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno e, sobretudo, da necessidade de abertura dos produtos nacionais ao mercado externo. Para Gonçalves Neto (1997, p. 230), o interesse pela modernização via industrialização da agricultura incrustava-se nas frechas da política, por meio da bancada ruralista que ia compondo o Congresso Nacional, que, por sua vez, não estava dissociada dos interesses estrangeiros, logo:

Este Estado “moderno”, que se pretendia instaurar, tentava substituir as velhas redes de influência por uma administração mais profissional, técnica, o que abriu caminho para a formação de uma ampla rede burocrática. E com ela veio à formação de *lobbies*, de mecanismos de pressão sobre esta estrutura administrativa, a fim de canalizar recursos para diferentes grupos de interesse, em todas as áreas da exploração econômica.

O Estado e a economia que se forjavam não alteravam as condições históricas de concentração de terra e renda. Assim, a reforma agrária continuava uma necessidade premente, e a modernização se dava de modo pontual e seletivo. Diante desse contexto, a pressão dos movimentos sociais fazia-se, cada vez mais, presente. O Estado via-se na necessidade de amortizar as reivindicações dos movimentos, ao passo que se fortalecia ao lado dos interesses econômicos hegemônicos, comportando-se como “compatibilizador da variedade de interesses”⁴, nos dizeres de Gonçalves Neto (1997).

Para abafar os reclames dos movimentos sociais, a colonização de perímetros irrigados constituía-se a base da reforma agrária idealizada pelos Governos militares. Ademais, a década de 1970 representou a ebulição de políticas voltadas à agricultura, que possuíam nos seus cernes o incentivo à produtividade, à inserção nos mercados e à financeirização dos territórios, por meio dos créditos bancários.

No que tange à política de irrigação, esta pode ser analisada em quatro momentos complementares. O **primeiro**, desde o século XIX, com a política de açudagem e construção de barragens, continuada, ao longo do século XX, acompanhando o planejamento estatal voltado à irrigação. Assim, na **segunda** fase, entre o final dos anos de 1960 e a primeira metade de 1980, as proposições do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

⁴ “[...]. Desta forma, trabalha com o objetivo primordial de manter a ordem burguesa estabelecida, uma responsabilidade sempre difícil, diante dos conflitos cada vez mais complexos que se estabelecem entre as classes, e das lutas intestinas, nem sempre reportadas, que ocorrem constantemente no seio mesmo da coalização que ocupa o poder. O papel do Estado, à proporção que se desenvolve a sociedade e se ampliam o volume e o tom das reivindicações, tanto dos setores no poder com os que se encontram fora dele, é várias vezes potencializado. Caberá ao Estado encontrar respostas que apaziguem os ânimos inter-classes e atendam ao apetite dos que se encontram no coração do poder” (GONÇALVES NETO, 1997, p. 230-231).

foram importantes como basilares para a formação do Grupo de Estudos Integrados de Irrigação e Desenvolvimento Agrário (GEIDA) com a criação de programas nacionais, a exemplo do Programa Plurianual de Irrigação (PPI), em 1969; do Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970; e o Plano Nacional de Irrigação (PNI) com ações comandadas pelo setor público, mas com estímulos à iniciativa privada. Para concretizar a entrada do empresariado nos perímetros públicos, nesse período foram concebidos o Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS) e o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR). Consolida-se a **terceira** fase a partir de 1985, com a “nova República” com a constituição do Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) e o Programa Nacional de Irrigação (PRONI). A abertura ao neoliberalismo contempla à **quarta** fase, a partir dos anos de 1995, em que o agronegócio é considerado, enquanto prioridade e enfoque na política nacional de irrigação (BRASIL, 2008).

Os perímetros irrigados planejados e executados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) no Nordeste brasileiro nascem sob essa atmosfera, instituídos, especialmente, pela Lei de Irrigação de 1979⁵. Com o discurso da reforma agrária, incitava-se a produtividade na perspectiva de integração entre mercados. Tais perímetros são formados por estruturas de canais abastecidos por águas represadas, alimentados por rios de significativas extensões.

Destarte, os primeiros projetos de irrigação foram arregimentados nos Governos militares e forjados sob o sustentáculo da agricultura familiar com incentivos ao empreendedorismo e à integração das agroindústrias. Posteriormente, o Estado neoliberal dá seguimento à expansão do agronegócio nos idos dos anos de 1990, com a inserção mais intensa, entre o “público e o privado”. Empresas nacionais e multinacionais instalaram-se nos perímetros irrigados numa abertura ao mercado de terras, bem como a estrangeirização das riquezas naturais e sociais do Ceará, em conformidade com o que aponta, como visão de “futuro” (já presente!) o Ministério da Integração Nacional-MI (BRASIL, 2008).

Desde a concepção, o planejamento e a instalação no Ceará desse modelo, as conflitualidades e conflitos estiveram envoltos aos perímetros irrigados, haja vista a condução das desapropriações e as indenizações. Ademais, a própria atuação dos perímetros, ao longo das décadas, conforme constatado por

⁵ Vale destacar que a Lei de Irrigação de 1979 (Lei nº. 6.662, de 25 de junho de 1970) foi alterada em 2013 (Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013). Ressaltamos que, dentre as alterações, destaca-se o auxílio ainda mais intenso do Estado à expansão do agronegócio nas terras brasileiras (BRASIL, 1979 e 2003).

Silva (1989)⁶ e pelo Dossiê dos Perímetros Irrigados no Nordeste⁷ (2014), fortalece a condução das tensionalidades e tensões territoriais.

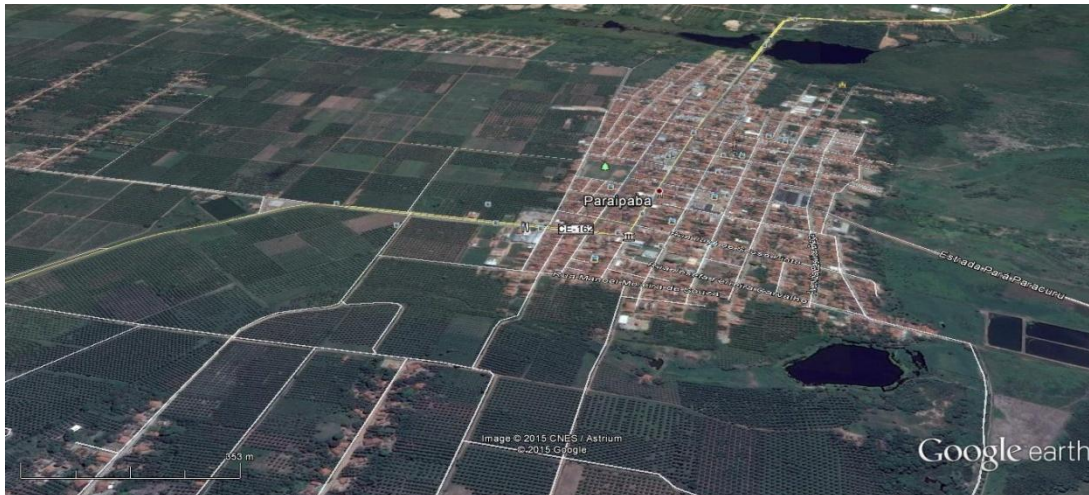
Como os demais projetos de irrigação no estado do Ceará construídos na década de 1970, o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba concatena-se ao (des)ordenamento territorial promulgado pelo desenvolvimentismo. A especificidade que regeu esse perímetro, dentre os demais presentes no sertão cearense, foi a exigência pela monocultura, desde o seu nascedouro voltado às agroindústrias instaladas por empresários locais. O que demarca e singulariza o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba é sua intrínseca relação com a formação socioespacial do Vale do Curu, haja vista o entremeado, entre a instalação do fixo e a construção e constituição da cidade de Paraipaba. Nos dizeres de Vasconcelos (2011b, p. 79-80):

Concebido na esteira dos acontecimentos que marcaram o brusco rompimento da ordem democrática pós-64, o Projeto de Irrigação Curu-Paraipaba se deu em circunstâncias similares a de outros projetos de irrigação implantados pelo DNOCS, resguardadas algumas singularidades. A interveniência de Francisco Batista de Azevedo – “Seu Batista” – liderança política de larga influência na região e bem articulado com o governo federal, tece papel preponderante na construção da cidade e na constituição do perímetro irrigado, quase simultaneamente implantado, com o objetivo de alimentar a população e de dinamizar a economia da cidade nascente [...]. Destaque-se que o DNOCS teve participação ativa na construção da nova Paraipaba, tanto na construção de casas, como com as máquinas abrindo as ruas.

A histórica concentração de terras enraizada na formação socioespacial, ao longo dos palmilhados percorridos pela monocultura do coco fizera-se sentir, durante o processo de ocupação do município, pois os camponeses sem terra, muitos vivendo como posseiros, arrendatários, moradores de condição, sitiante e/ou “parceiros” viram na “nova Paraipaba” a oportunidade de melhores condições de vida. Aí teriam a possibilidade de terras para o trabalho e a reprodução familiar, tendo o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba como uma dessas oportunidades. A imagem de satélite (figura 01) nos possibilita uma visão dos traçados do perímetro irrigado, por meio dos esquadrinhados e da produção agrícola, bem como da aglomeração urbana.

⁶ José Graziano da Silva ao realizar pesquisas em perímetros irrigados situados às margens dos seguintes vales úmidos: Vale do Gorutuba (MG), Vale do Moxotó (PE), Vale do Baixo e Médio Jaguaribe (CE), Vale do Médio e Norte Gurguéia (PI), Vale do Fidalgo (PI), Vale do Piranhas-Açu (PB e RN) e Vale do Sub-Médio São Francisco (BA e PE) evidenciou que “Os projetos de irrigação demonstraram que, em geral, as áreas desapropriadas para a sua implantação eram ocupadas principalmente por pequenos proprietários e pequenos posseiros. Os grandes proprietários raramente foram atingidos” (SILVA, 1989, p. 75).

⁷ Trata-se de documento organizado conjuntamente por pesquisadores, movimentos sociais e comunidades, acerca das violações de direitos no semiárido influenciados pela atuação dos perímetros irrigados e a expansão do agronegócio no campo. Recomendamos: <http://dossieperimetrosirrigados.net/>

FIGURA 01. A cidade e o/no perímetro irrigado: Paraipaba e o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2015) do *Google Earth* (2015).

O Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba administrado pela Associação do Distrito de Irrigação Curu-Paraipaba (ADICP) foi implantado no ano de 1975, tendo como fonte de suprimento hídrico o rio Curu, perenizado pelos açudes públicos General Sampaio, Pereira de Miranda, Frios e Caxitoré. Conforme o quadro 01, as áreas desapropriadas foram de 12.347 hectares, dentre as quais 4.347 hectares compreendem áreas de sequeiro de uso de assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a exemplo do Córrego do Mato e Zabêlle Flores, enquanto 8.000 hectares representam as áreas utilizadas (ou a serem utilizadas) com irrigação.

QUADRO 01. Áreas desapropriadas para o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba.

Uso das desapropriações	Hectares (ha)
Área de sequeiro	4.347,00
Área irrigável	8.000,00
Área desapropriada	12.347,00

Fonte: Adaptado por Tereza Vasconcelos (2014), por meio dos dados sistematizados pelo DNOCS.

Disponível: http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/ce/curu_paraipaba.html Acesso: março de 2014.

A territorialização inicial do perímetro formou-se, principalmente, por posseiros e/ou “moradores de favor”, que se deslocaram da “velha Paraipaba” e de municípios vizinhos, no intuito de conquistarem lotes para produções agrícolas e suas residências.

Em entrevista, identificamos camponeses vindos de Itapipoca, Paracuru, Pentecoste, dentre outros. Também relacionamos filhos de camponeses que saíram do Ceará em busca de oportunidades em outros estados brasileiros, e retornaram ao perímetro.

Conforme Vasconcelos (2011b), no que tangem às desapropriações, tanto para a construção da “nova Paraipaba”, quanto para o projeto de irrigação, foram “doadas” terras de fazendeiros e políticos locais. Daí, compreendermos o significativo adensamento das terras que não cumpriam as funções sociais. Os conflitos e as tensões territoriais emergiram com a decisão dos camponeses e trabalhadores rurais de saírem das terras dos “patrões” que, como estratégias, espalhavam temor aos camponeses diante das mudanças, não lhes apontando perspectivas de dias melhores.

Os dados da ADICP registram que cada lote agrícola entregue aos colonos correspondia a uma unidade agrícola, em média, de 3,00 hectares e uma unidade habitacional de 0,72 hectares. No total, 643 lotes perfazem a estrutura do perímetro, distribuídos entre a primeira etapa (setores B, C1, C2, D1 e D2) e segunda etapa, construída na década de 1990 (setores E, G e H).

Primeiramente, numa fase experimental, foram construídas 16 casas e 16 lotes no setor D1. No entanto, apenas 13 famílias ocuparam o perímetro, denominados Irrigantes de Origem (I.O.). Para a seleção inicial, eram primordiais os conhecimentos basilares no trato com a agricultura, ser o “chefe” da família a se inscrever, uso da mão de obra familiar, não ser proprietário de terra e ter vindo das áreas circunvizinhas ao projeto de irrigação.

À medida que o Perímetro Irrigado ia sendo ocupado, complementavam-se os critérios para as inscrições e classificações. Aos poucos se buscava introjetar nos camponeses e trabalhadores rurais selecionados moldes e metamorfoses. Essa integração, aos moldes do projeto de irrigação, não se deu de modo menos conflituoso, pois ainda que o perímetro se mostrasse como oportunidade para assegurar a terra e o território, a pretensa nova condição representava mudanças nos modos de vida. A territorialização, nesse sentido, forjava-se com as orientações do DNOCS e o “chefe” da família passava do camponês para o Estado.

Desse modo, o embate entre o “novo” que se projetava ao “velho”, e o “moderno” que se incrustava no “tradicional” apontava para as tensionalidades no/do território do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, pois, ao identificarem-se como colonos, necessitavam eliminar os traços de campesinidade. Até que ponto? Eis os colonos da Paraipaba.

CONFLITUALIDADES E TENSIONALIDADES INVOCADAS

A busca pela hegemonia do agronegócio no território não se dá de modo unilateral. É parte inerente ao modo de produção capitalista o desenvolvimento desigual e, assim, a coexistência de temporalidades

históricas no/do espaço, numa dialética territorial ao dinamizar-se no e, por muitas vezes, pelo território, apresentando confrontamentos e relacionamentos.

O Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba surge, sobretudo, emaranhado às intencionalidades políticas e econômicas com o discurso de seu nascedouro vir acompanhado de “tragédias naturais”, tal como ocorreu com a enchente do rio Curu, desvelando a fragilidade de como residiam às famílias e revelando a organização espacial e política local. Assim, os interesses políticos e econômicos locais uniram-se fortemente às ordens externas. Nesse contexto, as famílias de camponeses e trabalhadores rurais, ávidos por melhores condições de vida, foram integradas ao projeto de irrigação. Daí, a vinculação deste à “solução” dos problemas agrários no Ceará.

A partir dos projetos de irrigação e no caso em tela – o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba – ao Estado transfere-se o papel de “chefe” da família, ordenando e controlando as ações numa posição paternalista, através do DNOCS. Assim, cada ação passa a ser comandada pelo DNOCS, desde a seleção à manutenção dos colonos, diante das normatizações, acerca do comportamento das famílias até os tipos e variedades de produções agrícolas a serem cultivadas no perímetro irrigado.

Em suas memórias, tanto dos colonos, quanto das esposas, enfatiza-se a concepção que possuem, acerca do alimento, associando-o à família, vizinhança, à saúde e, até mesmo, à carência da comida. Essa foi uma das dificuldades para se “acostumarem” com as exigências e vigilâncias no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, que possuía outras normatizações e ordens sobre o controle da produtividade agrícola, que para os “recém-colonos” não estava fragmentado da solidariedade orgânica a contragosto da solidariedade organizacional.

O “acostumar-se” mencionado pelos agentes sociais associa-se às conflitualidades e, decerto, a antever os conflitos, dados os embates entre as horizontalidades e verticalidades. Assim, no forjar do território do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba tentar se ajustar sobre aquela situação de (des) ordenamento territorial incutia tensionalidades nas territorialidades e, desse modo, na formação de territórios tensionados.

Na visão de Gramsci (2000, p. 23), essa realidade integra-se aos moldes civilizatórios do Estado. Na sociedade política, a tarefa educativa e a moralidade exercida sobre as classes sociais dão-se pela coerção consentida, que se conjuga à pretensa coletividade e ao consenso da sociedade civil apresentada, como aparente conformismo social.

Tais práticas (i)materiais, ideologicamente propagadas pelos aparelhos do Estado, se expandiram por meio das representações, nos hábitos, costumes, modos de vidas dos agentes sociais envolvidos às ações políticas e econômicas. Desse modo, estrategicamente ajusta-se às classes sociais a que se direcionam. Para os grupos dominantes, por exemplo, utiliza-se, nas palavras de Poulantzas (1980), de “discursos-

confissões de organização”⁸, enquanto para os não detentores dos meios de produção, dentre eles a terra, justapõe-se à figura paternalista, por exemplo.

Sob controle do DNOCS, a Cooperativa dos Irrigantes do Vale do Curu (CIVAC) surge, trazendo consigo as tensionalidades e tensões territoriais. As ordens instituídas provocaram conflitualidades entre os colonos e representantes da cooperativa. Assim, alguns colonos evitavam as discordâncias com a cooperativa.

Essa “atmosfera” permanecera, porque a comercialização dos produtos agrícolas, dentre outras funções, cabia à cooperativa. A esta, portanto, caberiam as negociações, mas também o controle sobre a monocultura, a pecuária leiteira, o criatório, o modo de produzir e a organização do território familiar. Dentre as maiores insatisfações estava o entrelaçamento da CIVAC com a Companhia Agroindustrial do Vale do Curu (AGROVALE), em detrimento dos interesses dos colonos, bem como o autoritarismo, (i)materializado pelo que se apresentava como mais um instrumento do Estado.

Nesse período, a exigência pela monocultura da cana-de-açúcar foi estimulada aos colonos para que essa matéria-prima abastecesse as agroindústrias, como a Ypióca e, principalmente, a AGROVALE, contando, para tanto, dos subsídios do Governo.

Por meio das cooperativas, a AGROVALE, de propriedade do empresário João Grangeiro⁹, comprava a produção canavieira, ao mesmo tempo em que fornecia infraestruturas e insumos a empréstimos com juros subsidiados.

Nessa fase, a monocultura da cana-de-açúcar que homogeneizava a paisagem do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba abre espaço à monocultura do coco. Assim, se consolida, mais uma vez, as feições do perímetro irrigado sob as vertentes do agronegócio, enquanto a vida entre “guaritas” permanecia aos colonos. Os sinais de tensões territoriais provenientes de conflitos abafavam-se, perante normas e vigilâncias, muito embora evocassem conflitualidades e imanassem a possibilidade de conflitos. Desse modo, é que do verdejante da cana-de-açúcar aos interesses do agronegócio do coco se pronunciam “novas/velhas” tensionalidades, que “sobem” dos canaviais aos coqueirais.

⁸ No documento de viabilidade para a 2ª etapa do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba há a seguinte informação: “A organização do Projeto resulta num conjunto de normas e regras que poderiam ser absorvidas por duas vias: a da **aceitação** e da **imposição**. É óbvio, a curto prazo, o caminho mais fácil parece ser o da imposição, acreditando que os aspectos positivos da experiência de irrigante façam futuramente a compensação. Há, porém, aí um limite que é o dos objetivos a longo prazo e é em função destes que analisamos a questão” (BRASIL, S/D, p. 26) (Destaques nossos).

⁹ Segundo Martins (2008, p. 137), “[...]. Em sua longa história, o Vale do Curu apresentou-se como um espaço típico do semi-árido nordestino. Produziu carne, couros e peles, lã e caroço de algodão, cera de carnaúba, milho, feijão, farinha, goma de maniçoba, mamona, rapadura e mel. Entre 1964 e 1997, desafiando a natureza e as tradições culturais, uma empresa fabricou açúcar e álcool nesta área. Na propaganda oficial, seu proprietário, João Grangeiro, teria realizado o milagre de vencer a seca”.

TENSIONALIDADES PRONUNCIADAS: CANAVIAIS AOS COQUEIRAIS

Na monocultura da cana-de-açúcar estavam as lembranças do período militar, que apresentavam suas facetas com o planejamento e as ações políticas, dentre as quais se projetara o Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, o incentivo ao cooperativismo controlado e a política creditícia, o IAA, Proálcool e os incentivos aos empresários das agroindústrias da cana, grande parte detentores do poder econômico e político local.

Os estímulos ao agronegócio do coco associavam-se à emergência pós-ditadura militar alvitado à pretensa democracia. De certo, essas “rupturas” contribuíram para que alguns colonos enfatizem, por exemplo, a produção agrícola do coco como uma decisão dos próprios irrigantes, enquanto saída para os endividamentos e a escassez de comercialização com a cana-de-açúcar, emitindo traços de uma projetada soberania.

Os coqueiros plantados no quintal não possuíam a mesma intencionalidade que o agronegócio do coco, por meio da monocultura que se expandiu, posteriormente, no perímetro irrigado. Apesar da relevância da tomada de decisões para a variedade agrícola, compreendemos que o avançar do agronegócio do coco deu-se intensamente motivado por ordens externas, acompanhando o movimento da economia nacional e internacional, com maior possibilidade de gerar lucros, com maior produção em menor espaço e tempo.

Se por um lado os colonos se sentiram mais autônomos ao desligarem-se, de certa forma, da CIVAC e AGROVALE, por outro se submeteram, pelas circunstâncias, aos preços fixados pelos atravessadores responsáveis pela derruba, negociação e transporte dos frutos; e pelas próprias agroindústrias. No entanto, vale destacar que, para os colonos, os lucros com os cocos passaram a ser mais frequentes, ao contrário do que ocorria com os da cana-de-açúcar, que se davam anualmente.

Atualmente, a cana-de-açúcar ainda possui representatividade no projeto de irrigação, o que é comercializado, especialmente, à agroindústria Ypióca Agroindustrial Ltda.. No entanto, é a fruticultura irrigada do coco o principal cultivo no perímetro, em detrimento da produção das demais frutas e legumes mais diretamente voltados ao consumo da população local.

Nessa perspectiva, dentre os perímetros irrigados por estados do Nordeste¹⁰, a fruticultura e, especificamente, os coqueirais se apresentam significativamente no Ceará. No que tange ao coco, o estado

¹⁰ **Ceará** (Araras Norte, Ayres de Souza, Baixo-Acaraú, Curu-Paraipaba, Curu-Pentecoste, Ema, Forquilha, Icó-Lima Campos, Jaguaribe-Apodi, Jaguaruana, Morada Nova, Quixabinha, Tabuleiro de Russas e Várzea do Boi); **Piauí** (Caldeirão, Fidalgo, Gurguéia, Lagoas do Piauí, Platôs de Guadalupe, São Bernardo, Tabuleiros Litorâneos do Piauí e Várzea do Flores); **Rio Grande do Norte** (Baixo-Açu, Cruzeta, Itans, Pau dos Ferros e Sabugi); **Pernambuco** (Boa Vista, Cachoeira II, Custódia e Moxotó); **Bahia** (Brumado, Jacurici e Vaza-Barris) e **Paraíba** (Engº Arcoverde, São Gonçalo e Sumé). **Fonte:** Adaptado por Tereza Vasconcelos (2015) de Oliveira, Guazzelli e Carneiro (2014).

cearense destaca-se, seguidamente pela Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia e Pernambuco, quanto às áreas cultivadas, produção e lucros (R\$) ratificando a relevância dos perímetros irrigados na produtividade agrícola dos coqueirais.

O Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba está entre aqueles que apresentam significativas produções agrícolas do coco no Ceará, tais como Baixo Acaraú, Curu-Pentecoste e Araras Norte, tendo contribuído com 53% da produção de cocos verdes em 2013. Com a irrigação e o agronegócio, ainda que se utilizando, por vezes, de bases familiares de produção, muitos estabelecimentos comerciais e agroindústrias estão localizadas em terras “públicas” de posse do DNOCS.

Desse modo, “dos canaviais aos coqueirais”, o espaço geográfico foi se engendrando, açambarcando e sendo açambarcado pelas dinâmicas envoltas à monocultura do coco. As agroindústrias do coco acompanharam esse processo. Assim, a concentração destas em Paraipaba é destoante nos “palmilhados do coco”, segundo relacionamos e denominamos a expansão da monocultura sob os fetiches do agronegócio. As instalações do perímetro, os incentivos fiscais, a possibilidade de força de trabalho e condições naturais contribuíram para os interesses do empresariado do agronegócio.

A entrada de tais agroindústrias do coco no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba não se deu de modo amainado. O domínio de terras públicas, por parte de interesses privados e o controle sobre a comercialização, com a definição dos preços a serem pagos à produção agrícola advinda, em parte, dos lotes de colonos, por meio de “atravessadores”, alguns de outros estados brasileiros, constituem-se elementos tensionadores, entre empresários, territórios reconstituídos pelos colonos e o Estado.

Essas demandantes conflitualidades resultaram no estabelecimento de tensões territoriais, entre produtores do perímetro irrigado e a P./P. Agroindustrial. Reuniões se sucederam nas intermediações da ADICP para tratar dessas questões, no que para um desses produtores, acerca das buscas de negociação, por parte da agroindústria, tratava-se do que afirmou um dos agentes envolvidos: “É um jogo. Eles tão vendo que vai faltar coco em todo lugar e tão dando uma de bonzinho”¹¹.

Os produtores se sentiam descontentes com os preços¹² pagos pela agroindústria supracitada, que tem negociado, principalmente, com atravessadores de outras partes do Brasil, especialmente dos estados de Pernambuco e Paraíba, em detrimento da produção agrícola do perímetro, ainda que instalada em terras públicas cearenses.

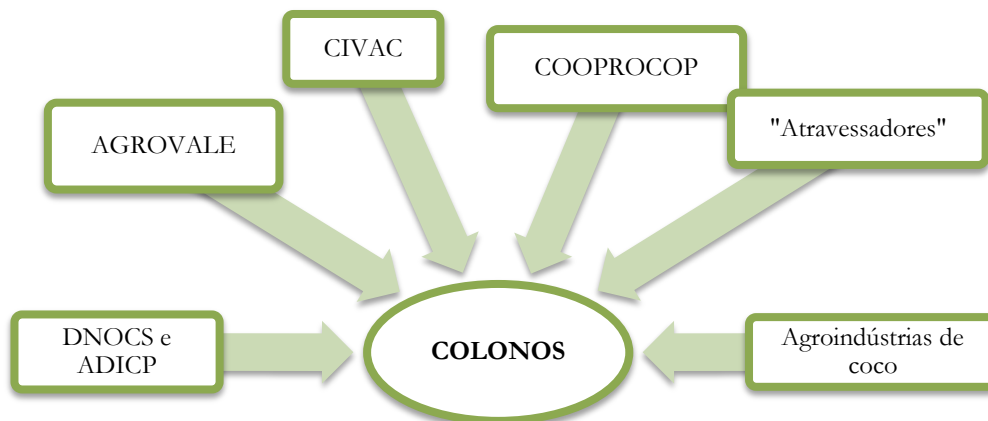
¹¹Entrevista realizada por Tereza Vasconcelos, setembro/2012, em Paraipaba/CE. Com Sr. R. N. S., conhecido por Sr. J..

¹² Durante o mês de setembro de 2012, os preços das unidades de cocos verdes produzidos no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba variavam entre R\$ 0,50 e R\$ 0,60, enquanto o preço unitário dos cocos secos era de R\$ 0,08. No mês de janeiro de 2013, conforme informações da ADICP (2013), os preços das unidades de cocos correspondiam: R\$ 0,22 (coco seco) e R\$ 0,90 a R\$ 1,10 (coco verde).

A qualidade exigida por essas agroindústrias de coco relaciona-se aos produtos transformados a partir dos frutos, grande parte destes voltados à exportação. As exigências de mercado seguidas pelo agronegócio fazem com que representantes da agroindústria de coco possam nos afirmar: “falta ao colono a noção administrativa de um negócio. O colono não entende essa palavra: sazonalidade”¹³. A sazonalidade mencionada trata-se das oscilações de mercado conferidas aos preços dos frutos e produtos.

Ao longo dos anos, nesse movimento de expansão da monocultura no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, aos colonos coube a necessidade de se (en)integrarem aos moldes do agronegócio e comandos do Estado. Sob essas condições, as tensionalidades não cessaram e os agentes sociais, embora alterassem suas denominações, possuíam interesses entre si que convergiam para a força de trabalho dos camponeses e trabalhadores rurais metamorfoseados em colonos, nem sempre também irrigantes¹⁴. Desse modo, os agentes sociais envolvidos: DNOCS, ADICP, agroindústria da cana-de-açúcar AGROVALE, cooperativas CIVAC e Cooperativa dos Produtores de Coco de Paraipaba (COOPROCOP), atravessadores, agroindústrias de coco e os colonos estão entremeados em relações de poder no(s) território(s), assim como nos explica Raffestin (1993), sintetizado, por meio da figura 02.

FIGURA 02. Relações de poder no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba.



Fonte: Tereza Vasconcelos (2015), baseada em Gonçalves Neto (1997), Bursztyn (2008), Martins (2008; 2002; 2000), Vasconcelos (2011) e Mendes (2011).

¹³ De acordo com as informações recebidas, durante a entrevista realizada em setembro de 2012, em Paraipaba/CE, com funcionário da P./P. agroindustrial, a maturação do coco é de 25 dias, no intuito de se obter o máximo de água e o mínimo de polpa, interesses para a comercialização. Durante esse período, há uma maior variação dos preços. Os atravessadores (e agroindústrias) conhecedores dessa dinâmica do fruto e das condições naturais e técnicas locais aproveitam-se dessas circunstâncias e determinam seus preços. Os colonos e irrigantes, perante as limitações de competitividade e comercialização, tornam-se “reféns” de tais situações. Assim, diante dessa situação, um dos efeitos são os diminutos preços dos frutos, pois aos colonos cabem as seguintes decisões: vendem-nos ou, então, assistem a produção secar nos coqueirais.

¹⁴ Enfatizamos que nem todos os colonos, atualmente, são também irrigantes, haja vista que alguns destes não utilizam irrigação. Dentre os motivos, encontram-se relacionados os altos custos, à dificuldade de apoio técnico e a escassez hídrica significativa na região, diminuindo a capacidade dos reservatórios, que abastecem os canais de irrigação e os lotes agrícolas.

A relação conflituosa entre tais agentes sociais nos conduz à reflexão de que as tensões territoriais, ou seja, os conflitos nos/pelos territórios, possam estar secundarizados perante às tensionalidades, compreendendo, nessa perspectiva, as tensões territoriais enquanto possibilidades de transformações às horizontalidades que, para tanto, necessitam do diálogo e, muitas vezes, de mediações.

Nesse processo de lutas de e pelo poder, a permanência das conflitualidades, diante das estratégias do agronegócio do coco, transverte-se, à *priori*, por meio das trocas comerciais. No Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, o evocar das tensionalidades transborda-se no espaço geográfico conjecturando-se nos territórios, não apenas no modo de produzir, mas, também, na permanência de modos de vida e no que se apresenta como diferente.

A cada des/re/territorialização ou “clivagem”, como Vasconcelos (2011b) denomina, incitaram-se conflitos e desencadearam-se “novas” conflitualidades. Para algumas situações, evidenciam-se algumas relações, se comparadas ao passado histórico, de autonomia, ainda que essa realidade possa se estremecer, quanto à própria condição de colonos.

Compreendemos que a condição anterior de sem terras, vivendo nas glebas de outrem, como muitos se recordam, contribui, de certa maneira, para uma aparente “aceitação” da tensionalidade dado o receio do passado, mesmo com as dificuldades do presente. Portanto, ao presente mistura-se o passado e, assim, a tensionalidade atual é um *mister* da conflitualidade passada e presente, com rupturas.

Atualmente, muitos dos primeiros colonos faleceram. Outros venderam os seus lotes agrícolas, por vezes por não terem se adaptado às normatizações impostas, alguns permanecendo com as unidades habitacionais.

Com as vendas de terras ocorreu uma crescente reconcentração das mesmas no perímetro irrigado. Por meio da figura 03, identificamos que dos **643** lotes existentes, entre a primeira e segunda etapa, compreendendo unidade agrícola (“lote”) e unidade habitacional (“quintal”), **151** destes estão concentrados entre **35** proprietários, dos quais 1(um) chega a deter 11 lotes¹⁵. Diante dessa realidade, podemos inferir que há uma concentração de terras não direcionadas à produção familiar, voltadas ao aumento da produtividade agrícola, logo que os lotes agrícolas, nessa condição, estão agrupados em torno de um pequeno número de pessoas.

¹⁵ Vale destacar que, conforme a Política Nacional de Irrigação, ao colono cabe a titulação de apenas 1 (uma) unidade agrícola com unidade habitacional. Porém, muitas vezes as titulações não condizem com a realidade, estando em nomes de “terceiros” destoantes dos proprietários que, de fato, apropriam-se e dominam a terra e ou a unidade habitacional. A venda e compra desses lotes, muitas vezes, se dá no campo e sem intermediação da ADICP e do DNOCS.

Nos dias de hoje, atividades como derrubadores, descascadores de cocos, funcionários das agroindústrias e atravessadores também se expandiram, entre os filhos e netos dos colonos¹⁶. Assim, ao longo do ano de 2008, das 538 famílias presentes no Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba apenas 306 vinculavam-se aos Irrigantes de Origem, ou seja, entre aqueles dos lotes iniciais, destacando o setor D1, enquanto o primeiro a ser ocupado no perímetro (VASCONCELOS, 2011b).

No Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, estruturas de uso comum, tais como igrejas, escolas, postos de saúde e campinhos de futebol misturam-se ao *marketing* agrícola, ao publicizar os venenos, também conhecidos como “defensivos agrícolas”, tão utilizados na produção do coco. *Pari passu*, o cultivo da agricultura de sequeiro e a criação de animais, o cotidiano do “tempo lento”, bem como outras sociabilidades, entre os vizinhos e a família expressam territorialidades vívidas, entre os colonos.

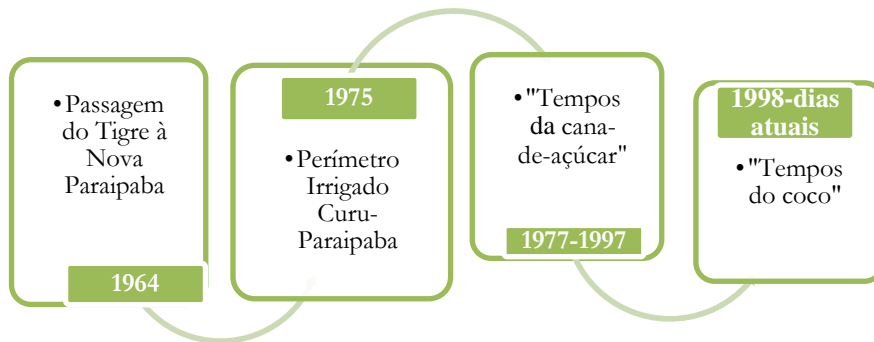
Desse modo, compreendemos a permanência da campesinidade, que desvela, ainda mais, a heterogeneidade de interesses no perímetro e, portanto, de conflitualidades exercidas, nesse campo, que nem sempre acarretam a eclosão imediata de conflitos/tensões territoriais.

O real nos imputa à compreensão de que, embora transmutados em colonos/irrigantes/produtores do perímetro e, ainda que, “inseridos” no agronegócio do coco, permanecem modos de vidas conjugados à campesinidade.

A entrada do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba e as dinâmicas territoriais contribuíram para a Reestruturação Socioespacial no Ceará, a partir das necessidades do agronegócio da cana-de-açúcar e, atualmente, do coco. Inicialmente, evocado pelas ordens políticas-econômicas locais associadas às ordens externas, as discussões surgem na transição da “Passagem do Tigre” à “Nova Paraipaba” nos meados da década de 1960. Uma vez implementado no ano de 1975, as des/re/territorializações vivenciadas pelos camponeses e trabalhadores rurais na busca por terras de trabalho inserem-se na monocultura da cana-de-açúcar, periodizando o que ficara denominado pelos “tempos da cana”, entre 1977-1997.

¹⁶ Essa situação, cada vez mais intensa no perímetro, instigou pesquisadores acerca das perspectivas desses jovens com a atividade agrícola ou, ainda, os seus distanciamentos. As pesquisas relacionam, como uns dos elementos, a dinâmica capitalista na agricultura, a intensa urbanização a que estão sujeitos cidades locais, em proximidade com centros urbanos e com atividades industriais e turísticas e, especialmente, a escassez de políticas públicas de aproximação, entre a Universidade e esses grupos sociais, que possam denotar outras possibilidades. Sugerimos a leituras dos trabalhos de ADICP (2007), Vasconcelos (2011) e Mendes (2011).

FIGURA 03. Dinâmicas socioespaciais, envoltas à expansão do agronegócio do coco no Vale do Curu.



Fonte: Tereza Vasconcelos (2015), baseada em Martins (2008; 2002; 2000), Vasconcelos (2011b) e Mendes (2011).

Desse modo, ao periodizarmos os “palmilhados da monocultura do coco” no Vale do Curu, apreendemos que a des/re/territorialização e a reestruturação socioespacial estão vinculadas aos intentos da reprodução do modo capitalista de produção sob o viés do agronegócio do coco. Daí, Rosa Luxemburgo (1970, p. 11-12) nos explicar o processo de renovação da produção ao reestruturar do próprio espaço geográfico e de suas relações:

Reprodução, no sentido literal da palavra, é simplesmente produção nova, repetição, renovação do processo de produção. E, à primeira vista, parece que não se vê a necessidade de distinguir o conceito de reprodução do conceito de produção, para todos compreensível, nem por que se deve empregar para designá-lo uma expressão especial. Mas, justamente, a repetição, a renovação constante do processo de produção é que comporta um elemento especial, muito importante. Em primeiro lugar, a repetição regular da produção é a base e condição geral do consumo regular e, portanto, da existência cultural da sociedade humana em todas as suas formas históricas. Nesse sentido, o conceito da reprodução encerra um elemento histórico cultural. A produção não poderia repetir-se, a reprodução não poderia ocorrer, se, como resultado dos períodos de produção anteriores, não ficassem de pé determinadas condições tais como instrumentos, matérias-primas, força de trabalho. Mas, nas fases primitivas da civilização, quando o homem começa a dominar a natureza exterior, essa possibilidade de renovar a produção depende em maior ou menor escala do acaso. Enquanto a caça e a pesca constituem a base principal da existência da sociedade, a repetição regular da produção vê-se frequentemente interrompida por períodos de fome geral.

Reestruturando para reproduzir e reproduzindo-se para tensionalizar, os meandros pelos quais se expande o agronegócio do coco desvelam, assim, para além das aparências que as conflitualidades desvendam temporalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio do coco engendrado no Ceará e destacado internacionalmente, em que se revelam as bases industriais, os projetos de irrigação, os recursos midiáticos, o apoio vultoso do capital financeiro e do Estado, avançando, a partir da monocultura assentada numa região em que se desponta o histórico de subjugação do trabalho e modo de vida indígena e camponês.

As diferentes intencionalidades e estratégias de desenvolvimento das agroindústrias de coco, dos perímetros irrigados, indígenas, camponeses, agricultores familiares e ainda os colonos do perímetro irrigado com elementos de campesinidade relacionam-se aos embates do que se apresenta como “de fora” e o “de dentro”. Desse modo, o pulsar e a vascularidade das conflitualidades e dos conflitos se dão no território.

No caso do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, a necessidade de terras para plantar e da territorialização para fins de reprodução familiar influenciou o deslocamento de camponeses e trabalhadores rurais que adentraram no novo ritmo e cotidiano de trabalho, mas que, no entanto, conservaram traços de campesinidade.

Desvendamos que, ainda que o agronegócio tenha intensificado a “destruição criativa” - para utilizarmos a expressão de David Harvey -, ao utilizar-se dos mecanismos da tecnologia e dos aparatos da financeirização do território, ele se insere num acúmulo de relações histórico-geográficas não iniciadas com este, mas que se aproveita das velhas estruturas e estratégias para dominação. Nesse sentido, estão a compra de fazendas, muitas destas já inseridas no contexto de tensionalidades e tensões territoriais para destinar glebas de terras ao monocultivo agrícola, e o cercamento e cerceamento dos territórios.

As atuais exigências que nos impõem como “modernas” possuem, nos seus cernes, problemáticas alargadas e expansivas nos territórios em embate contínuo entre o “novo” e o “velho”, induzido pela técnica e pela produtividade. O primeiro projetado com o que é estrangeiro, exterior, moderno e, como tal, passível de servir ao progresso, enquanto que o segundo é concebido como o local, endógeno e, por vezes, ultrapassado, portanto atrasado.

Essa contraposição revela não apenas uma passagem e ruptura do tempo, mas também as conflitualidades e os conflitos inerentes, em que os “vencedores”, muitas vezes, representam aqueles assentados sob o modelo de progresso, enquanto os “vencidos” correspondem à parcela da sociedade destoante, heterogênea e diferenciada desses padrões.

Esses modelos civilizados/civilizatórios empreendidos pelas ordens ocidentais ganham aparente impulso com o expandir do modo de produção capitalista, atingindo a ciência, pesquisa e o cotidiano das pessoas na cidade e no campo, que veem os seus modos de vida alterados, permanecendo, no entanto,

rugosidades materiais encorpadas pela imaterialidade dos laços enraizados, bem como demandas sociais que, não sanadas, contribuem aos levantes da sociedade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO do Distrito de Irrigação Curu-Paraipaba (ADICP). **Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba** – versão 32. Paraipaba: ADICP, 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.787**, de 11 de janeiro de 2013- Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1970, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 11 de janeiro de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12787.htm Acesso: 16/06/2014.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **A irrigação no Brasil: situação e diretrizes**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2008. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4acec1ad-1463-40fd-8a71-e05f6a29d55c&groupId=10157

BRASIL, Ministério do Interior: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Lei nº. 6.662**, de 25 de junho de 1970 - Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, e dá outras providências. Fortaleza: Departamento de imprensa nacional, 1979.

BRASIL, Vale do Rio Curu, **Projeto Curu-Paraipaba 2ª etapa II Socio-Economia S/D**.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos** - planejamento e clientelismo no Nordeste. 3. ed, revista e ampliada. Rio de Janeiro: Garamond Universitária; Banco do Nordeste, 2008.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização brasileira, 1960-1980**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

GRAMSCI, Antônio. “1. Caderno 13 (1932-1934): breves notas sobre a política de Maquiavel.” In: GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. p. 13-59

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

LUXEMBURG, Rosa. Objeto desta Investigação. In: LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Tradução: Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 11-26

MARTINS, Mônica Dias. **Açúcar no Sertão: a ofensiva capitalista no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

MARTINS, Mônica Dias. A experiência desenvolvimentista no Vale do Curu. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (Orgs.). **Modernização excludente**. Coleção Paradigmas da agricultura cearense. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 137-159

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 13-23

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. A questão política no campo. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1991.



MARTINS, Mônica Dias. **Açúcar no Sertão**: a ofensiva capitalista no Vale do Curu. Fortaleza, 2000. 224 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará.

MENDES, Virzângela Paula Sandy. **Os projetos de vida da juventude do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba**: entre o sonho e a realidade. 2011. 175 p. Dissertação (Mestrado Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Editora Annablume, 2013.

OLIVEIRA, Francisco Alberto de; GUAZZELLI, Eleonora Silva; CARNEIRO, Fernando Marcelo. **Síntese informativa dos Perímetros Irrigados do DNOCS (ano agrícola 2013)**. Fortaleza: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção (DP); Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas (CTA); Serviço de Monitoramento da Produção (MP), 2014.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução de Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. "O retorno do território". In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gaia Ltda., 2003.

SILVA, José Graziano da (org.). **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste**. Campinas: Instituto de economia; PRONI, 1989.

VASCONCELOS, Helenira Ellery Marinho. **Dinâmica sucessória de agricultores familiares**: dilemas vivenciados por famílias de colonos do projeto Curu-Paraipaba, CE. 2011. 260 p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011b.

VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola Vasconcelos; LIMA, Luiz Cruz. "A Reestruturação Socioespacial como aporte metodológico de análise do território cearense". In: **Revista Formação Online**, n. 18, volume 2, p. 99-107, jul./dez., 2011a.

WOORTMANN, Klaas. "Com parentes não se negueia": o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico/87**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

Acessos à internet

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (<http://www.dnocs.gov.br/>)

Dossiê dos Perímetros Irrigados do Nordeste (<http://dossieperimetrosirrigados.net/>)

Jornal Paraipaba (<http://jornalparaipaba.blogspot.com.br/>)